



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH
CAMPUS – IV - JACOBINA
CURSO – LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

202

Elziene Oliveira dos Santos
Herlany Rios da Silva
Maria Lúcia Ribeiro dos Santos
Zenilde Ribeiro dos Santos

**INDISCIPLINA: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL
DA FAMÍLIA E DA ESCOLA**

**Várzea da Roça – Bahia
2008**



Elziene Oliveira dos Santos
Herlany Rios da Silva
Maria Lúcia Ribeiro dos Santos
Zenilde Ribeiro dos Santos

**INDISCIPLINA: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL
DA FAMÍLIA E DA ESCOLA**

Monografia apresentada à Universidade Estadual da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, Programa Rede UNEB 2000 – Núcleo Várzea da Roça – Bahia, como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Professora Adriana Lourenço Lopes

Várzea da Roça – Bahia
2008

Elziene Oliveira dos Santos
Herlany Rios da Silva
Maria Lúcia Ribeiro dos Santos
Zenilde Ribeiro dos Santos

**INDISCIPLINA: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL
DA FAMÍLIA E DA ESCOLA**

**Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia – UNEB para
obtenção de graduação em Pedagogia.**

Várzea da Roça – Bahia, ____ de _____ de 2008.

Banca examinadora:

**Profª Drª Adriana Lourenço Lopes
Universidade do Estado da Bahia**

**Prof. _____
Universidade do Estado da Bahia**

**Várzea da Roça – Bahia
2008**

Dedicamos este trabalho aos
nossos familiares e esposos
pela compreensão e
incentivo.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus eterno imortal, que nos direcionou e sustentou. A Ele toda honra e glória para sempre.

Aos nossos familiares e amigos que nos incentivaram e acreditaram na nossa caminhada rumo à conquista de mais uma etapa de nossas vidas.

Aos professores desta graduação e especialmente a Adriana Lourenço, pela orientação, dedicação e incentivo, contribuindo para que fosse possível a concretização deste trabalho e à nossa formação profissional.

Há um mundo a ser descoberto dentro de cada criança e de cada jovem. Só não consegue descobri-lo quem está encarcerado dentro do seu próprio mundo.

Augusto Cury

RESUMO

Esta pesquisa de caráter teórico traz uma reflexão acerca da indisciplina no contexto escolar, abordando sobre o conceito de indisciplina, causas e conseqüências, bem como analisando o papel da família e escola diante de tal fenômeno. No decorrer deste estudo verificou-se a necessidade do estabelecimento de parceria entre família e escola com o intuito de enfrentar a problemática da indisciplina, como também a efetivação de práticas pedagógicas diferenciadas e contextualizadas por parte dos professores. Este último aspecto justifica-se pela vinculação entre prática docente e ocorrência de comportamentos indisciplinados apontados pela literatura, pois quando os professores são permissivos e autoritários, se tem a possibilidade de ocorrência de comportamentos agressivos e/ou violentos, porém quando os professores possuem autoridade, os alunos mostram-se interessados e engajados nas atividades propostas e, raras vezes, apresentam atitudes indisciplinadas. Enfim, esta pesquisa possibilitou a compreensão de que a indisciplina pode ser decorrente da falta de limites no ambiente familiar e na escola; da desvalorização da escola por parte dos pais e da sociedade; da falta de definição quanto o papel da escola e família na educação das crianças e adolescentes da situação sócio-econômica dos alunos, além de outros fatores que tornam difícil a ação docente em sala de aula.

Palavras-chave: indisciplina; família; escola.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I - INDISCIPLINA NO CONTEXTO ESCOLAR	
1.1 Conceituando a indisciplina.....	13
1.2 Relação professor-aluno.....	16
1.3 Causas e conseqüências da indisciplina.....	18
CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA	
2.1 Educação escolar.....	25
2.2 Parceria entre família e escola na educação de crianças e adolescentes.....	29
2.3 Estabelecimento de limites na educação das crianças e adolescentes.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
BIBLIOGRAFIA.....	47

INTRODUÇÃO

A indisciplina escolar não é um fenômeno que tem mantido as mesmas características ao longo das últimas décadas. Ao contrário, está cada vez mais presente nas escolas. Sob diversos aspectos, hoje, a indisciplina escolar se diferencia daquela observada em décadas anteriores. As expressões e o caráter da indisciplina, por exemplo, apresentam mudanças (AQUINO, 1996). Não se trata apenas de uma ampliação quanto à intensidade de manifestação. A indisciplina escolar apresenta expressões diferentes, é mais complexa, e parece, aos olhos dos professores, mais difícil de equacionar e resolver de modo afetivo.

Atualmente, a questão disciplinar tem sido um dos assuntos que mais mobilizadores para os professores, diretores e pais nas instituições educacionais, seja pública ou particular, de ensino fundamental ou médio. Os docentes estão preocupados com os problemas de indisciplina no cotidiano da sala de aula e tentam encontrar explicações para esse fenômeno que tende a crescer diariamente. Apesar de ser um desafio inquietante para os educadores, a indisciplina vem sendo superficialmente debatida por não existir certa consciência e consenso da gravidade deste problema. (AQUINO, 1996).

Este estudo traz uma reflexão sobre a questão da indisciplina escolar, discutindo o próprio conceito do tema, considerando suas principais formas de expressão, explorando algumas das suas causas e conseqüências, bem como o papel da família na educação escolar e sua possível influência no comportamento indisciplinado das crianças.

Os pais têm larga parcela de culpa no que diz respeito à indisciplina dentro da classe. É uma situação cada vez mais comum: eles trabalham muito e têm menos tempo para a educação das crianças. Sentindo culpa pela omissão evitam dizer não aos filhos e esperam que a escola assuma a função que deveria ser deles: a de passar para a criança os valores éticos e de comportamento básicos. (ZAGURY, 2006, p. 6).

Neste sentido, percebe-se que a indisciplina, apontada pelos docentes como um dos principais obstáculos ao trabalho pedagógico, pode estar relacionada à influência da família ou também, à ausência de uma estrutura psicológica moral que deveria preparar o jovem para a convivência em ambientes regrados. Segundo JOSÉ e COELHO (2000), os distúrbios de comportamento dos alunos são decorrentes da educação recebida no meio familiar, ou seja, os valores e os padrões aceitáveis de comportamento se contrastam com os da escola. Sob este aspecto, o presente trabalho discute sobre a importância dos limites e regras e seu papel na construção de um juízo moral no aluno.

Em virtude da problemática da indisciplina, inquietamo-nos para atentar sobre alguns fatores que contribuem para o comportamento indisciplinado dos alunos. Com isto, buscaremos focar nossos olhares para aspectos externos a sala de aula, como, por exemplo, a família e suas contribuições.

AQUINO (1996) afirma que a atitude exercida pelos pais, assim como os meios de educar e criar são aspectos que interferem no desenvolvimento individual da criança que, conseqüentemente, influenciam em seu comportamento escola. Além disso, identifica três estilos de práticas educacionais paternas relacionadas à disciplina, chamando de “pais autoritários”, “pais permissivos” e “pais democráticos”.

Nunca é pouco lembrar que a contribuição da família é de grande relevância dentro da instituição escolar, visto que, em parceria com a escola, desenvolve ou torna possível, o papel de formadora. Porém, não devemos confundir suas atribuições, já que são de natureza singular, ou seja, distintas. AQUINO (1996, p.7) afirma que “família e escola não são a mesma coisa, e uma não é a continuidade natural da outra”.

Família e escola são instituições que se complementam. Porém, apresentam diferenciação quanto ao seu papel. O papel da família está relacionado à ordenação da conduta da criança através da moralização de suas atitudes e

hábitos. Ao contrário da família, a escola ou mais precisamente o professor, não cabe a tarefa de moralizar a criança: seu papel é sistematizar o conhecimento para recriá-lo. Portanto, é de suma importância uma análise conjunta: família e escola, para entendermos melhor a questão da indisciplina das crianças e/ou adolescentes em sala de aula.

A escola muitas vezes procura as causas ou responsáveis pela indisciplina apresentada pelos alunos fora do contexto escolar. Porém, é necessário revertermos essa ordem e repensarmos nosso posicionamento enquanto educadores, pois talvez a nossa "autoridade" pode estar sendo convertida em autoritarismo e, por conseqüência, gerando atos indisciplinados por parte dos educandos.

Sob esse ponto de vista, GENTILE (2002, p.1) faz a seguinte ressalva:

É impossível falar de indisciplina sem pensar em autoridade. E é impossível falar de autoridade sem fazer uma ressalva: ela não é dada de mão beijada, mas é algo que se constrói. Ou seja, ter autoridade é muito diferente de ser autoritário.

Isso nos faz refletir sobre a concepção que temos a respeito do que seja autoridade, tomando cuidado com relação autoridade – liberdade. Muitas vezes, por obtermos a "liberdade" em atuar como queremos em sala de aula, acabamos por exercer o autoritarismo, quando ameaçamos, castigamos, ou até mesmo oprimimos os alunos, o que pode acabar desencadeando, a disciplina ou a indisciplina nos mesmos. Ao invés disso, enquanto educadores, devemos ter o bom senso ao ajudá-los com tolerância, buscando entender e respeitar seus pontos falhos. Todavia, quase sempre nos confundimos com tais atitudes. "Não resolvemos bem, ainda, entre nós, a tensão que a contradição autoridade – liberdade nos coloca e confundimos quase sempre autoridade com autoritarismo, licença com liberdade". FREIRE, (1996, p.68).

Nessa perspectiva, buscaremos destrinchar a temática "indisciplina", a influência da família, da escola e da sociedade, tomando como embasamento pressupostos teóricos para melhor compreensão do tema.

Esta pesquisa tem grande relevância social e poderá auxiliar educadores, bem como a família para compreender o comportamento das crianças e adolescentes nos diversos contextos sociais. Contribuirá no desenvolvimento da prática pedagógica dos docentes, pois os mesmos poderão, através desse trabalho, entender o que leva as crianças a apresentarem comportamentos tidos como indisciplinados nas salas, e a partir daí, terão maior possibilidade de trabalhar com esses alunos no ambiente escolar.

No entanto, esse não é um trabalho que tem a pretensão de dar receitas prontas, mas de possibilitar situações de reflexão, assim como conhecer os aspectos que interferem no comportamento das crianças, discutindo a relação entre indisciplina e rendimento da aprendizagem escolar. Mas o que realmente é a indisciplina? E quais atores contribuem para que afluam ou desenvolvam tal problemática por parte dos discentes? Será mesmo que a família tem suas influências? E qual o nosso papel como educadores?

Objetivando responder estes e outros questionamentos, trataremos do assunto considerando os vários conceitos de indisciplina, suas causas e conseqüências no contexto escolar, bem como o papel e/ou contribuição da família na alteração comportamental da criança.

CAPÍTULO I - INDISCIPLINA NO CONTEXTO ESCOLAR

1.1 Conceituando a indisciplina

Segundo AQUINO (1996), os distúrbios disciplinares deixaram de ser um evento raro e único no cotidiano escolar, passando a se tornar um dos grandes obstáculos pedagógicos na atualidade. Neste sentido, objetivamos destacar em especial a indisciplina, buscando respaldo para entender suas várias faces, bem como a atuação do professor ante a falta de limites em sala de aula e a possível influência da família no desencadeamento de fatores inerentes à questão disciplinar.

Apesar de ser um problema recorrente na prática diária dos educadores e objeto de crescente preocupação, a indisciplina é, de modo geral, superficialmente debatida devido aos inúmeros enfoques que o termo indisciplina pode apresentar, pois muita das vezes assume configurações complexas. Se verificarmos o sentido do termo indisciplina, perceberemos a diversidade de conceitos apresentados. Porém, muitos estão longe de serem consensuais, dada a complexidade do assunto e suas múltiplas interpretações que podem estar impregnadas de dogmas e mitos do senso comum, capaz de variar dependendo da cultura.

Para melhor compreendermos sobre a indisciplina, buscaremos responder algumas inquietações docentes e ampliar nosso olhar a respeito da temática, apresentando algumas definições sobre o assunto. Todavia, faz-se necessário frisar que a diversificação de culturas pode possibilitar várias concepções dentro de uma mesma camada social. Por isso, a dificuldade em atribuir um conceito único sobre o que é a indisciplina.

Quando pensamos em indisciplina, geralmente nos remetemos exclusivamente ao comportamento inadequado do indivíduo que manifesta atos de rebeldia, desordem, desrespeito, perturbação, entre outras violações de regras e valores

estabelecidos pela sociedade ou organização específica. Em consonância, ESTRELA apud. CALDEIRA & REGO (2001, p. 79), confirma que “A indisciplina é assim vista primeiro, como um acto de rebelião a uma determinação externa ao sujeito, depois, como uma transgressão ao sistema de valores individuais”.

Como encontramos no dicionário, o termo indisciplina apresenta a seguinte definição: “Procedimento, ato ou dito contrário à disciplina; desobediência, desordem, rebelião” (AURÉLIO, 2001, p.394). Neste aspecto, a indisciplina é empregada com o objetivo de designar todo e qualquer comportamento contrário às regras, normas e leis estabelecidas pela sociedade.

É impossível falarmos em indisciplina sem mencionar ou entender o que é a disciplina, pois tais termos não são desassociáveis, ou seja, não há como compreender um isolado do outro. Neste sentido, o termo disciplina designa ordem necessária ao bom funcionamento de uma determinada organização.

Quando falamos em disciplina, logo pensamos em ordem, boa conduta, obediência, respeito. Porém, tais conceitos não devem estar associados às práticas de dominação e subordinação, pois se a ordem é realmente necessária, não precisa ser estabelecida por relações autoritárias. Para a construção da ordem, da disciplina, são necessárias regras que estabeleçam o que é ou não permitido, mas com a distinção de que essas mesmas regras ordenem, e não “dominem”.

No âmbito educacional, professores e alunos apresentam várias interpretações acerca do comportamento (in)disciplinado. Nesta perspectiva, BOCK (2002) realizou uma pesquisa, procurando identificar os conceitos que os professores e alunos de uma determinada escola pública em São Paulo tinham a respeito da indisciplina. A partir dos resultados atingidos, percebeu-se que tanto professores, quanto os alunos consideram alguns comportamentos como sendo negativos às tarefas da sala de aula.

Ao serem questionados sobre o conceito de disciplina, professores e alunos passaram a identificá-la, em alguns momentos, com a negação dos comportamentos considerados indisciplina. Por exemplo, não agredir, não fazer bagunça, não mentir, não levantar, não conversar foram elencados como comportamentos de disciplina. (BOCK, 2002, p. 3)

Deste modo, após as entrevistas, foi possível perceber que os comportamentos que caracterizam a disciplina foram agrupados pela autora em três conjuntos: “disciplina como sinônimo de comportamento adequado, disciplina identificada com respeito e disciplina simbolizando bom desempenho acadêmico”. (BOCK, 2002, p.4).

É notável, portanto, que para alguns professores e alunos, a disciplina em sala de aula muitas das vezes resume-se na conservação da ordem no sentido de não haver bagunça. A “movimentação” por parte dos alunos durante a aula, como também a manutenção do respeito ao professor e colegas, além de demonstrar atenção e dedicação para com as tarefas executadas em sala de aula, fazem parte do “manual” de regras estabelecido unilateralmente pelo professor.

Neste veio, ESTRELA apud. CALDEIRA & REGO (2001, p.80) “definiu a indisciplina escolar como aquela que decorre da desordem proveniente da quebra das regras estabelecidas e/ou da perturbação ao nível do funcionamento da aula”.

Segundo AURÉLIO (2001, p.239), o termo disciplina pode ser definido como “regime de ordem que convém ao bom funcionamento de uma organização; submissão a um regulamento”. E, disciplinar corresponde ao ato de “sujeitar(-se) ou submeter (-se) à disciplina”.

A definição de disciplina, como descrita acima, caracteriza-se pela ordem e submissão às regras pré-determinadas pela sociedade e/ou uma organização específica. Neste sentido, REGO (1996, p. 85) afirma que indisciplinado é aquele que “se insurge contra a disciplina”. Assim, qualquer manifestação contrária à disciplina (como intolerância às normas, regras, regulamentos) é

considerada comportamento indisciplinado. “Entende-se o ato indisciplinado como aquele que não está em correspondência com leis e normas estabelecidas por uma comunidade, um gesto que não cumpre o prometido e, por esta razão, imprime uma desordem no até então prescrito” (FRANÇA, 1996, p.139).

E percebe-se, porém, que a indisciplina vista de vários ângulos, mesmo de forma diferenciada, resume-se como sendo prejudicial para a boa convivência em grupo. A lógica social, segundo MAFFESOLI (1985), é o “dever-ser”, em que determina ao indivíduo quais caminhos devem percorrer nos partidos, nas escolas, associações ou em qualquer outro grupo estável. Pois se nas instituições prevalece a lógica do dever-ser, onde o domínio das regras e das normas tenta tornar uniforme o comportamento das pessoas, há de se perceber que cada indivíduo é uma pessoa, uma individualidade que precisa ser respeitada e levada em consideração sua voz para oportunizar a vez, mediante a exposição de idéias e ações. Assim, pode-se conciliar os valores do grupo e o individualismo de todos aqueles que o forma e colabora para a formação e sustentação do grupo.

1.2 Relação professor-aluno

Muitos educadores, atônitos com o fenômeno da indisciplina, procuram explicações para tal manifestação com respostas muitas vezes imprecisas, vendo a indisciplina como um problema dos tempos modernos e comparam o comportamento dos educandos de antes com os da atualidade, atribuindo assim a culpa das manifestações indisciplinadas exclusivamente nos alunos.

Coerente com esta perspectiva, AQUINO (1998, p. 6) apresenta a idéia de que “(...) para boa parte dos profissionais da educação, (...) o bom aluno é aquele calado, imóvel, obediente. Será este um bom aluno, de fato?”

Cumprir notar que no atual sistema educacional, muitos professores consideram que para o bom desempenho escolar são primordiais no discente

características como ser “aplicado”, “obediente” e “dócil” e acabam por rotulá-los como “disciplinados”.

Contudo, não devemos generalizar tal conceito, uma vez que alguns casos de insucesso escolar se dão pelo fato de que os alunos não simpatizam com determinado professor e manifestam total desinteresse pelas aulas ou tarefas aplicadas por este. Dessa forma, passam a considerar tais atitudes como “indisciplinadas”.

Não obstante, percebe-se que estes mesmos educandos podem ser colaboradores em determinadas situações, desde que o professor adote uma atitude de genuíno interesse pelos alunos, demonstrando prazer em estar com eles e exercendo considerável influência sobre os mesmos. Portanto, queremos deixar claro que não estamos atribuindo exclusivamente aos professores a responsabilidade pelo comportamento dos alunos na aula, mas não podemos deixar de enfatizar que quando os educadores atuam com competência profissional e coerência, sentindo-se responsáveis pelo que ocorre ao seu redor, os comportamentos inadequados ficam restritos a alguns alunos, com problemas muitas vezes de origem extra-escolar.

A competência profissional do educador está inteiramente relacionada com o conceito de autoritarismo que, segundo FREIRE (1996), não pode ser confundido com autoridade. É preciso ter o bom senso para compreender que o fato de tomar decisões, orientar nas diversas atividades expostas em classe não correspondem ao autoritarismo. Contudo, situações em que o professor posiciona-se de forma arbitrária, impondo limites e falando com o discente de forma impositiva, ou seja, como se fosse “o dono da verdade” converte-se em autoritarismo.

Em consonância, ARAÚJO (1996, p. 112) evidencia que “é necessário que (...) o professor não extrapole suas funções de membro coordenador e mediador do grupo, e não tente ser o ‘dono’ da sala e ditador das regras, aquele que tudo determina, tudo cobra, que diz quem está certo e quem está errado, que aplica sanções e dá recompensas”.

O autor supra citado afirma que em algumas situações o professor pode ser autoritário ou enérgico, na medida em que seus alunos não se sintam desrespeitados ou até mesmo excluídos em detrimento de outros, sendo necessária coerência em suas ações, de forma que as cobranças feitas partam de situações recíprocas.

Portanto, enquanto educadores precisamos tornar nosso ofício como um campo privilegiado de aprendizagem e de investimento de novas possibilidades. Portanto, é necessário revermos as metodologias aplicadas para que exerçamos um papel ativo no sentido de incitar coerência e reciprocidade na ação dos alunos. Para tanto, é preciso que as regras estabelecidas em sala de aula sejam democraticamente acordadas pelo grupo, sendo que o professor é parte integrante deste. Vale a pena destacar CURY (2003, p.89) pontuando que, “os limites devem ser colocados, mas não impostos”. Assim, o educador não deve exercer sua autoridade como forma de poder absoluto e inquestionável para delimitar as regras a serem cumpridas.

1.3 Causas e conseqüências da indisciplina

A indisciplina escolar não apresenta uma causa única, ou mesmo principal. Eventos de indisciplina, mesmo envolvendo um sujeito único, costumam ter origem em um conjunto de causas diversas, e muito comumente reflete uma combinação complexa de causas. (GARCIA, 1999, p.104).

Os distúrbios de comportamento vêm sendo um dos grandes problemas enfrentados pelos professores do Ensino Fundamental. As crianças consideradas problemáticas, ou seja, indisciplinadas manifestam comportamento agressivo (xingamentos, ridicularização verbal ou implicações) revelados nas mais diferentes situações.

Segundo JOSÉ e COELHO, (2000, p.168) “Os problemas de conduta relacionam-se a comportamentos que perturbam totalmente as outras pessoas e podem ser dirigidos contra elas”.

Poucos educadores têm conseguido lidar com os distúrbios de comportamento dos alunos, usando em algumas situações métodos enérgicos como: expulsão da sala de aula ou até da escola, repreensão, punição física e zombaria. Muitas vezes, porém, estes métodos podem fazer com que a criança ou adolescente hesite entre cumprir as normas previamente estabelecidas e sua utilização é na sua maioria decepcionante.

Faz-se necessário frisar que a escola enquanto organização necessita de regras para seu bom funcionamento.

A escola, por sua vez, também precisa de regras e normas orientadoras do seu funcionamento e da convivência entre os diferentes elementos que nela atuam. Nesse sentido, as normas deixam de ser vistas apenas como prescrições castradoras, e passam a ser compreendidas como condição necessária ao convívio social. (REGO, 1995, p.86).

A internalização e cumprimento de algumas regras possibilitará a compreensão do indivíduo ou grupo específico que estas podem conduzir ao comportamento adequado, orientando-os quanto a necessidade da relação e respeito com o outro. Nesta visão, a indisciplina é considerada como uma atitude de desrespeito, de não aceitação às normas e regras estabelecidas pelos educadores e/ou instituição escolar.

Crianças precisam sim aderir a regras (que implicam valores e formas de conduta) e estas somente podem vir de seus educadores, pais ou professores. Os "limites" implicados por estas regras não devem ser apenas interpretados no seu sentido negativo: o que não pode ser feito ou ultrapassado. Devem também ser entendido no seu sentido positivo: o limite situa, dá consciência de posição ocupada dentro de algum espaço social - a família, a escola, e a sociedade como um todo. (grifos do autor). (LA TAILLE, 1994, p.9).

Vista sobre a ótica educacional, para que a disciplina possa ser aplicada no ambiente escolar, é necessário que as normas básicas de convivência estejam formuladas e justificadas com clareza e sensatez, sendo conhecidas e aceitas pela escola, família e sociedade.

Vale ressaltar que a escola firmada por suas regras não deve se fechar em uma ordem absoluta, ou seja, estável, pois por se deparar com diferenciados comportamentos apresentados pelos alunos em determinadas situações conflituosas, requer da instituição escolar uma negociação ou adaptação das regras, levando em conta as características individuais do aluno (disciplinado ou indisciplinado) para que haja o equilíbrio e estruturação do coletivo.

É preciso construir práticas organizacionais e pedagógicas que levem em conta as características das crianças e jovens que hoje freqüentam as escolas. A organização do ano escolar, dos programas, das aulas (...) não podem estar distantes do gosto e das necessidades dos alunos, pais, quando a escola não tem significado para eles, a mesma energia que leva ao envolvimento, ao interesse, pode transformar-se em apatia ou explodir em indisciplina. (GUIMARÃES, 1996, p. 81).

Em outras palavras, acredita-se que os problemas relacionados ao comportamento são variados na maioria das crianças e, possivelmente, são agravados por desavenças provenientes do ambiente familiar, cujos valores e regras de convivência aceitáveis e permissíveis estão em oposição com as da escola. Essa possível dicotomia entre os valores da família e os da escola pode estar contribuindo para o desencadeamento da indisciplina nos discentes. Neste sentido, acredita-se que é na falta ou resistência às regras que reside as possíveis explicações para o comportamento indisciplinado dos alunos.

Os distúrbios de comportamento frequentemente são criados ou agravados por conflitos, dos quais o mais comum é o do aluno proveniente de um lar em que os valores e os padrões aceitáveis de comportamento estão em contraste direto com os da escola. Quando esse aluno descobre que é incapaz de agradar ou satisfazer tanto à sua família como a seu professor, é possível que expresse o conflito através de algum tipo de problema de comportamento. (JOSÉ e COELHO, 2000, p. 168).

Diante disso, percebe-se que muitas pessoas atribuem a culpa pelo comportamento indisciplinado do aluno à educação recebida no meio familiar, assim como o rompimento do modelo estrutural da família. Dessa forma, algumas crianças possuem uma educação familiar muito autoritária (sujeitas à violência física e a severos castigos) e, por isto, têm dificuldade em estabelecer

convivências em ambientes democráticos e podem até manifestar comportamentos agressivos.

Outros parecem compreender que a manifestação de maior ou menor indisciplina no cotidiano escolar está relacionada aos traços de personalidade de cada aluno: "Fulano é terrível, não tem jeito! Sicrano nasceu rebelde, o que eu posso fazer?". Deste modo, atribuem a responsabilidade à própria criança ou adolescente, deixando transparecer uma concepção de desenvolvimento inatista. (REGO, 1996, p. 89)

Percebe-se, portanto, que o comportamento indisciplinado do aluno nem sempre é atribuído a fatores externos, adquiridos através da influência ou convívio social. Vista nesta perspectiva, o comportamento indisciplinado do aluno é independente de influências sociais e culturais, a partir do que se entende assim as características individuais da criança são determinadas por fatores internos, ou seja, estão definidas desde seu nascimento e fazem parte de sua própria natureza. (REGO, 1996). Portanto, são características imutáveis.

Em contraste com a abordagem inatista, VYGOTSKY acredita que as características individuais são formadas a partir de constantes interações do indivíduo com o meio físico e social que o cerca, incluindo as dimensões interpessoais e culturais.

Nesse processo dinâmico, ativo e singular, o indivíduo estabelece, desde o seu nascimento e durante toda sua vida, trocas recíprocas com o meio, já que ao mesmo tempo que internaliza as formas culturais, as transforma e intervém no universo que o cerca". (REGO, 1996, p. 92).

Sendo assim, VYGOTSKY considera fundamental analisar o desenvolvimento humano em seu contexto cultural. Sua pesquisa objetiva distinguir os aspectos característicos do ser humano, relacionados ao comportamento e formular suposições de como estas características são concebidas ou se desenvolvem ao longo da vida.

Os postulados de Vygotsky permitem que analisemos o fenômeno da (in)disciplina num quadro mais amplo e menos fragmentário do que o geralmente difundido nos meios

educacionais, pois inspira uma visão abrangente, integrada e dialética dos diferentes fatores que atuam na formação do comportamento individual. (REGO, 1996, p.95).

Pensando assim, acredita-se que a indisciplina não resulta de influências unidirecionais, ou seja, não corresponde apenas à educação familiar, relação professor/aluno, ou da escola etc., mas sim, de múltiplos fatores que incidem sobre o indivíduo no decorrer de seu desenvolvimento, sendo, pois, multidirecional.

Os traços de cada ser humano (comportamento, funções psíquicas, valores etc.) estão intimamente vinculados ao aprendizado, à apropriação (por intermédio das pessoas mais experientes, da linguagem e outros mediadores) do legado de seu grupo cultural (sistemas de representação, formas de pensar e agir etc.) (REGO, 1996, p. 96).

Conforme exposto, é possível afirmar, segundo REGO (1996) que o comportamento indisciplinado da criança dependerá das experiências adquiridas em seu cotidiano, uma vez que elas estão relacionadas com as características sócio-culturais e da época histórica em que o indivíduo está inserido. Neste sentido, é um grande equívoco relacionarmos a indisciplina vista no contexto escolar a fatores ligados à natureza individual do aluno ou mesmo à sua faixa etária.

Ninguém “nasce rebelde ou indisciplinado”, já que estas características não são inatas, nem “todo adolescente será necessariamente indisciplinado”, já que é impossível postular um comportamento padrão e universal para cada estágio da vida humana. (REGO, 1996, p.96).

Além do mais, a indisciplina em sala de aula poderá também ser reflexo da pobreza e da violência existente na sociedade e estimulada particularmente nos meios de comunicação, principalmente a TV.

Nessa perspectiva, parecem compartilhar a idéia de que os alunos são o retrato de uma sociedade injusta, opressora e violenta, e a escola, por decorrência, vítima de uma clientela inadequada. (REGO, 1996, p.88).

Neste sentido, supõe-se que uma criança pode tornar-se agressiva se observar ou conviver freqüentemente com membros de uma determinada cultura em que os mesmos cometem atos de violência.

Dizem que a experiência é o maior dos mestres: isto significa que os acontecimentos vividos pelo indivíduo em desenvolvimento – em sua casa, em seu meio geográfico, na escola e em seus vários ambientes sociais – determinarão o que ele vai aprender e, também, em grande parte, a espécie de pessoa que se tornará. (GAGNÉ, 2000, p.12).

Percebe-se, portanto, que alunos que provém de ambientes economicamente e/ou culturalmente desfavorecidos podem sofrer conseqüências como o baixo rendimento em sua aprendizagem. Segundo JOSÉ e COELHO (2000, p.11), “O processo de aprendizagem sofre interferência de vários fatores – intelectual, psicomotor, físico, social -, mas é do fator emocional que depende grande parte da educação infantil”.

Para JOSÉ e COELHO (2000, p.23) existem inúmeros fatores que podem desencadear um problema de aprendizagem:

Fatores psicológicos: inibição, fantasia, ansiedade, angustia, inadequação à realidade, sentimento generalizado de rejeição etc.

Fatores ambientais: o tipo de educação familiar, o grau de estimulação que a criança recebeu desde os primeiros dias de vida, a influencia dos meios de comunicação etc.

Com base nestes apontamentos, acredita-se que crianças que sofrem rejeição muita das vezes devido à condição sócio-econômica desfavorável no âmbito escolar, o que resulta em problemas no que diz respeito ao baixo rendimento escolar.

Há grande número de pesquisa demonstrando que a indisciplina em sala de aula as precárias condições de trabalho do professor significam entraves à realização dos ideais propostos para a escola, sobretudo para a escola pública... e contribuem para a produção do fracasso escolar e da baixa qualidade do ensino. (MARIN, 1998, p. 1-2).

Em alguns casos, o sentimento de rejeição pode interferir no emocional da criança, que como forma de resposta, reage contra as normas escolares e sociais, tentando através da indisciplina chamar a atenção de seus pais e professores, mostrando que precisam ser amadas, querem carinho e atenção. De acordo com LINDGREN, (2000, p. 12). "(...) uma criança que é desprezada aprende a desprezar-se; uma criança que é amada e aceita, tenderá a desenvolver atitudes positivas para a formação do seu autoconceito".

Não é suficiente conhecer as causas e conseqüências que supostamente contribuem para o desencadeamento da indisciplina em sala de aula. É necessário proceder-se a análise dos processos de como lidar com as ações indisciplinadas dos alunos, bem como a influência ou não da família no comportamento indisciplinado destes.

CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

2.1 Educação escolar

Os modos de educação variam ao longo da história e em diferentes sociedades, bem como entre os grupos e classes de uma mesma sociedade. Antigamente, a educação não estava ao acesso de todos; era reservada apenas às pessoas privilegiadas econômica e socialmente, ou seja, da aristocracia. Aqui no Brasil, aqueles com mais poder aquisitivo costumavam enviar seus filhos para estudar no exterior, em colégios internos ou então traziam professores da Europa para dar aula em casa.

A educação como transmissão cultural distinguia-se em popular (oral e prática) e erudita (letrada e formal, sinônimo de cultura), sendo esta última reservada às elites – em casa com mestres e mestras residentes, ou em colégios internos. Nas colônias como o Brasil, as elites educavam os filhos e filhas (de maneira diferenciada) em casa, com tutores/as vindos da Europa, e em colégios religiosos, em regime de internato. (CARVALHO, 2004, p. 48-49).

No entanto, com o advento da escola, a educação das crianças de classe popular era feita de forma diferenciada. Os conhecimentos eram transmitidos não só pelos pais, mas era uma atribuição de vários indivíduos, de toda a comunidade, que os preparava na prática, no sentido de adequá-los para a vida adulta.

Historicamente, educar, no sentido geral de criar crianças não é atribuição exclusiva quer dos pais/mães biológicas, quer da família, quer da escola. O cuidado dos mais jovens, a transmissão da cultura do grupo social (o ensino de modos de conhecimento, produção, relação e participação) e a preparação para os papéis adultos (na guerra, trabalho, sexualidade, família e cidadania) eram tarefas educativas assumidas por vários indivíduos, grupos e instituições (mães, pais, idosos/as, professores/as, famílias extensas, clãs, tribo, vizinhança, comunidade, igrejas e escolas) por meio de uma variedade de arranjos. Antes do surgimento da escola como um lugar separado e especializado de educação formal, as crianças e jovens educavam-se na família e na comunidade inclusive pela participação nas práticas produtivas e rituais coletivos. (CARVALHO, 2004, p. 48).

Nos colégios em regime de internato, a educação das crianças era feita várias vezes de modo inadequado, pois o ensino era humilhante, as formas de castigo eram impostas aos alunos de modo ridicularizado. Este foi o sistema educacional vivenciado pelos alunos por volta do século XV. Tal sistema era eficiente, embora não tenha sido edificante.

O conhecimento era literalmente espancado nos alunos (...) As técnicas pelas quais foi forçado a aprender latim como base para estudos posteriores incluíam a coerção e a ridicularização. Alunos despreparados eram forçados a exibir a imagem de um jumento e eram tratados por jumentos. Um aluno que falasse alemão em vez de latim em aula apanhava com uma vara (...) Em resumo: a educação das crianças era, na melhor das hipóteses, obtusa e na pior delas, tinha algo de bárbaro. (LINDBERG, 2001, p. 75).

Dando um salto para o século XX, não em detrimento dos demais, o fenômeno da globalização deu novo impulso à idéia de uma educação igual para todos, agora não somente como princípio de justiça social, mas apenas como parâmetro curricular comum. A partir daí, a educação tomou novos rumos e diretrizes, passou a ser um direito igualitário do cidadão, contribuindo para a promoção e integração de todos, voltando-se à construção da cidadania.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), conhecida como a Lei Darcy Ribeiro - nº 9 394, que foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, estabelece que:

A educação dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB, 1996, p.4).

Considerando a LDB, deseja-se a formação de um aluno crítico, capaz de refletir e intervir sobre a realidade social e exercer ativamente a sua cidadania. Assim, tendo em vista as diretrizes educacionais vigentes neste país, a escola deve desenvolver competências nos alunos visando a tais finalidades.

A função da escola em proporcionar um conjunto de práticas preestabelecidas tem o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem de conteúdos sociais e culturais de maneira crítica e construtiva. A escola, ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, buscará eleger, como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação, são as consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres. É fundamental que a escola assuma a valorização da cultura de seu próprio grupo e, ao mesmo tempo, busque ultrapassar seus limites, propiciando às crianças e aos jovens pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade. (PCN, 1998, p.43-44).

O papel da escola é essencial e singular, pois é a instituição responsável pela educação formal, possibilitando a troca de conhecimentos entre professores e alunos. Acredita-se que um dos caminhos mais promissores para transformar positivamente a escola é torná-la um conjunto de recursos materiais e humanos plurifuncionais, aberto a uma utilização intensiva por parte de públicos e parceiros diversos, empenhados em desenvolver múltiplas atividades de aprendizagem.

O pressuposto é de que a escola, entendida como um “coletivo inteligente”, precisa aprender a partir de experiências educativas não-escolares. O objetivo seria que cada escola pudesse transformar-se em um centro de educação permanente, profundamente enraizada no contexto local e capaz de promover conhecimentos e saberes sistematizados, além do desenvolvimento de habilidades específicas no intuito desfazer interagir múltiplos tipos de aprendentes. (CANÁRIO, 2006).

Segundo JOSÉ e COELHO (2000), a escola tem hoje duplo papel social: é transmissora de cultura e transformadora das estruturas sociais, adequando seu trabalho às necessidades da criança, da família e da comunidade. Partindo desta concepção, percebe-se que muitas das funções educacionais da família vêm sendo atribuídas constantemente à escola, graças às alterações que acontecem em nossa sociedade. Portanto, acredita-se que o papel da escola ampliou-se devido às demandas atuais de uma sociedade em que, corriqueiramente, percebe-se a ausência dos pais nos lares devido à necessidade de trabalho e assim, deixam a educação dos filhos a cargo da escola, contribuindo para uma sobrecarga de responsabilidade do professor.

Devido à atribuição de responsabilidade delegada à escola na educação da criança, percebe-se que esta "(...) passa a desempenhar o seu papel na formação do caráter dos alunos, e não apenas na transmissão de informações." (MILANI, 1995, p.2).

Acredita-se que a escola não pode ser considerada como a única responsável pela vida escolar dos alunos e muito menos pelos atos de transgressões às normas escolares cometidas por eles. Isso porque a educação formal é dada pela escola. Porém, o conhecimento integral é feito com o apoio dos pais e das próprias crianças, favorecendo assim a aprendizagem do aluno.

A escola enquanto espaço físico não é o único lugar difusor do conhecimento. Há algumas décadas, a escola tinha como papel promover socialmente e ao mesmo tempo, preparar para a vida, sendo considerada como a única fonte de informação e do saber. Porém, hoje, a realidade é bem diferente, pois existem várias outras fontes de informação e, por esse motivo, a escola transmissora passa por uma crise de identidade.

Se o lar, as igrejas, o exército e a vida, que são o mundo das relações sociais, ideológicas, políticas e econômicas, podem ser compreendidas como salas de aula, é porque se entende que em tudo isto algo se ensina, algo se aprende, existindo um certo processo educativo geral. (MORAIS, 1988, p. 84)

Deste ponto de vista percebe-se que o lar e outras instituições não escolares, bem como o universo das relações humanas, podem ser simbolicamente caracterizadas de salas de aula, porque também são portadores do caráter de uma ação educativa mais ou menos difusa. Nesta perspectiva "(...) a melhor escola é a escola da vida" ou, simplesmente, que "a vida ensina". MORAIS, (1988, p. 84).

Presume-se que a escola é o lugar onde é possível adquirir conhecimento sistematizado e, conseqüentemente, uma possível aprendizagem. Com base em CANÁRIO (2006, p. 9) "escola deve ser um lugar onde se ganha o gosto pelo trabalho de aprender". Além disso, os conhecimentos adquiridos com a escolarização possibilitarão o acesso aos seus direitos, às oportunidades e exigências sociais.

É importante frisar que, sem escola, não há a possibilidade de o cidadão ter acesso, de fato, aos seus direitos constituídos pois quanto menor for a escolaridade da pessoa, menores também serão suas chances de acesso às oportunidades que o mundo atual oferece e às exigências que ele impõe. (AQUINO, 1998, p.2).

Contudo, pressupõe-se que a escola ainda prepara para a vida social e produtiva, buscando atender às necessidades da civilização. Segundo MILANI (1995), a expansão da instituição escolar, bem como o papel crescente que ela assume na educação representam um dos aspectos predominante na civilização moderna, pois funciona como eixo da sua evolução psicológica e é fator decisivo do seu futuro.

2.2 Parceria entre família e escola na educação de crianças e adolescentes

A família, enquanto o primeiro contexto de socialização, exerce, sem dúvida, grande influência sobre a criança e o adolescente. A atitude exercida pelos pais, bem como os meios de educar e criar são aspectos que interferem no

desenvolvimento individual da criança que, conseqüentemente, influenciam em seu comportamento escolar. (REGO, 1996).

Família e escola são instituições que se inserem no contexto histórico, político, cultural, econômico e moral de toda a sociedade. Não são fenômenos isolados ou elementos neutros perante uma realidade que as cerca e permeia. O adolescente quer como indivíduo, membro de uma família, ou aluno de uma escola, compartilha e é influenciado por esse mesmo contexto. (MILANI, 1995, p. 2).

O processo de constituição do comportamento da criança se dá através de experiências ou influências vividas por elas no ambiente familiar, escolar ou contexto social, pois são neles que se desenvolvem padrões de socialização que podem determinar o comportamento indisciplinado ou não do indivíduo. Nesse sentido, o “problema da (in)disciplina não deve ser encarado como alheio à família nem tampouco à escola, já que, na nossa sociedade, elas são as principais agências educativas”. (REGO, 1996, p. 96).

Podemos identificar na literatura especializada três estilos de práticas educacionais paternas, relacionadas principalmente ao modo de lidar com a disciplina, a qual prevalece em grande parte das famílias e suas influências no comportamento da criança. Portanto, “chamam de ‘pais autoritários’ aqueles que, além de serem pouco comunicativos e afetuosos, são bastante rígidos, controladores e restritivos quanto ao nível de exigência de seus filhos”. (REGO, 1996, p.97).

Os “pais autoritários” priorizam a obediência às normas e regras por eles estabelecidas e não se preocupam em explicar as razões de certas imposições ou pedir opinião dos filhos em relação ao assunto. Porém, preocupam-se apenas em castigar e praticar severas ameaças, bem como outras medidas disciplinares diante de possíveis transgressões por parte da criança.

Também há os “pais permissivos” que, ao contrário dos “pais autoritários”, não conseguem controlar ou delegar limites e regras aos seus filhos, nem

tampouco exigir deles responsabilidade. Estes, porém, manifestam bastante tolerância quanto às vontades e manifestações impulsivas por parte da criança. Além disso, há falta de regras e limites que norteiam as ações do cotidiano da criança, tais como: hora de comer, dormir, ver televisão etc. Os “pais permissivos” valorizam o diálogo, as opiniões das crianças são frequentemente solicitadas e quase sempre aceitas, bem como o afeto. “São pais que têm enorme dificuldade em exercer algum tipo de controle sobre a criança”. (REGO, 1996, p. 97).

Existe, ainda, os “pais democráticos” que por sua vez são muito comunicativos, afetuosos e flexíveis com seus filhos, valorizando suas opiniões e pontos de vista. Além disso, conseguem estabelecer de forma consistente, regras e limites claros que resultam numa disciplina firme, adequada às possibilidades das crianças.

Os “pais democráticos”, por sua vez, parecem conseguir um maior equilíbrio entre a necessidade de controlar e dirigir as ações infantis, de exigir seu amadurecimento e independência, e o respeito às necessidades, capacidades e sentimentos de seus filhos. (REGO, 1996, p. 97).

Percebe-se que a influência familiar sobre o indivíduo é de grande importância no que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral da criança. Porém, não devemos afirmar que as experiências vivenciadas no interior da família são determinantes e irreversíveis. “É impossível negar, portanto, a importância e o impacto que a educação familiar tem (do ponto de vista cognitivo, afetivo e moral) sobre o indivíduo. Entretanto, seu poder não é absoluto e irrestrito”. (REGO, 1996, p. 98).

Ao falarmos em educação de uma criança ou jovem, relacionamos à junção de intervenções, tanto da família como da escola. Embora sendo a base da aprendizagem, estas duas instituições, apesar de serem complementares, são de naturezas diferenciadas, principalmente em suas raízes, objetos e objetivos.

Precisamos recuperar alguns consensos quanto às funções da família e da escola, distinguindo claramente os papéis de pai e de professor. Família e escola não são a mesma coisa,

e uma não é a continuidade natural da outra. (...) Ou seja: “aluno indisciplinado na escola” converter-se-ia em “filho mal-educado em casa”. (AQUINO, 1998, p. 8).

Muitas vezes, para justificarmos as diversificadas manifestações indisciplinadas que nos deparamos na escola, imaginamos que as crianças que apresentam atitudes mal-educadas no ambiente familiar, reflete diretamente em seu comportamento na escola.

A função primordial da família está relacionada à moralização da criança, que segundo AQUINO (1998, p. 9), “no caso da família, o que está em foco é a ordenação da conduta da criança, por meio da moralização de suas atitudes, seus hábitos”.

A tarefa da escola, mais precisamente do professor, não é moralizar a criança; a sua finalidade consiste em sistematizar o conhecimento, tendo como objetivo a sua recriação. “No caso da escola, o que se visa é a ordenação do pensamento do aluno, por meio da reapropriação do legado cultural, representado pelos diferentes campos de conhecimento em pauta”. (AQUINO, 1998, p. 9).

Atualmente, a família tem delegado à escola a responsabilidade de instruir e educar seus filhos e espera que os professores transmitam valores morais princípios éticos e padrões de comportamento, desde boas maneiras, até hábitos de higiene pessoal. Porém, justificam tudo isso, alegando que trabalham cada vez mais, não dispondo de tempo para cuidar dos filhos.

Os pais têm larga parcela de culpa no que diz respeito à indisciplina dentro da classe. É uma situação cada vez mais comum: eles trabalham muito e têm menos tempo para a educação das crianças. Sentindo culpa pela omissão, evitam dizer não aos filhos e esperam que a escola assuma a função que deveria ser deles: a de passar para a criança os valores éticos e de comportamentos básicos. (ZAGURY, 2006, p.6).

Neste sentido, os pais parecem acreditar que educar em sentido amplo é função da escola. Muitas vezes, as famílias que só se envolvem com a

educação dos filhos enquanto cobrança, principalmente da promoção de uma série para outra, colocam em plano secundário a motivação, o prazer de freqüentar a escola e o de aprender. Os problemas se agravam.

A maioria das famílias encara a vida escolar como um fim, em si, e não como um meio, ou seja, o importante é não faltar às aulas, tirar boas notas, ser aprovado, obter o diploma e passar no vestibular, pouco importa se o aprendizado realmente ocorreu ou não, qual é o conteúdo desse aprendizado, qual aplicabilidade do conhecimento adquirido, se estão sendo oferecidos subsídios ao adolescente para enfrentar melhor a vida ou se ele está sendo treinado apenas para “marcar um x” na resposta correta. (MILANI, 1995, p.6).

É comum hoje em dia ocorrer uma transferência de responsabilidade, principalmente da família para a escola, em questões sobre as quais os pais têm dificuldades em abordar. No entanto, muitos professores diante dos desafios cotidianos, acabam se colocando como ordem do dia normalizar regras morais dos hábitos do aluno para que só então, ele possa desencadear o trabalho intelectual. “Um bom exemplo disso é um outro tipo de máxima muito freqüente no meio pedagógico que reza, a nosso ver, equivocadamente: ‘para ser professor, é preciso antes ser um pouco pai, amigo, conselheiro etc.’” (AQUINO, 1998, p.9)

Porém, esse tipo de posicionamento ou enfrentamento do trabalho pedagógico não é aconselhável por algumas razões que, segundo AQUINO (1998), em primeiro lugar, trata-se de um desperdício da qualificação e do talento do professor, pois ele não se profissionalizou para ser uma espécie de pai “posticho”. Além disso, enfatiza ainda que para uma ocupação como a paternidade não se exige uma preparação profissional – cada um é o pai ou mãe de um jeito peculiar e assistemático. Com relação ao professor, é necessário que este tenha uma preparação lenta e especializada, devendo atuar de maneira semelhante aos seus colegas de profissão e de modo diverso dos profissionais de outras áreas, para que não venha desviar-se de sua função, atuando em áreas onde não tenha sido habilitado posteriormente.

Em segundo lugar, trata-se de um desvio de função, porque ele foi contratado para exercer tarefas parentais, e dele não se espera isso. Por mais que o trabalho em sala de aula demande muitas vezes exigências adicionais ao âmbito estritamente pedagógico, não se podem delegar ao professor funções para as quais ele não esteja explicitamente habilitado. É preciso, então que o trabalho docente restrinja-se a um alvo específico: o conhecimento sistematizado, por meio da recriação de um campo lógico-conceitual particular. Não confundir seu papel com o de outros profissionais e outras ocupações: eis uma tarefa de fôlego para o professor de hoje em dia; (AQUINO, 1998, p.9)

Neste contexto, e em terceiro lugar, AQUINO (1998) ainda menciona que na relação pedagógica existe um contrato que apresenta um conjunto de regras funcionais de forma subentendida. Porém, é necessário conhecer e respeitar para que a ação pedagógica possa se concretizar satisfatoriamente. Pois, se por ventura o professor abandonar seu posto, ou seja, suas funções específicas, este contrato pode ser quebrado. Além disso, os alunos têm conhecimento das regras e sabem identificar quando o professor não as cumpre.

É curioso constatar que os próprios alunos têm uma clareza impressionante quando a essas balizas contratuais do encontro pedagógico. Sem dúvida nenhuma, eles sabem reconhecer quando o professor está exercendo suas funções, cumprindo seu papel. O professor competente e cioso de seus deveres não é em absoluto, um desconhecido para os alunos; muito ao contrário. Estes sabem reconhecer e respeitar as regras do jogo quando ele é bem jogado, da mesma forma que eles também sabem reconhecer quando o professor abandona seu posto. (AQUINO, 1998, p. 9-10).

É notável que cada segmento (tanto a escola quanto os pais) apresentam reclamações e expectativas em relação ao outro: os professores acham que os pais devem estabelecer limites e ensinar a seus filhos os princípios básicos de respeito aos semelhantes, boas maneiras, hábitos de alimentação e higiene pessoal, etc.

A educação tem um papel fundamental na produção e reprodução cultural e social e começa no lar/família, lugar da reprodução física e psíquica cotidiana – cuidando do corpo, higiene, alimentação, descanso, afeto -, que constituem as condições básicas, de toda a vida social e produtiva. (CARVALHO, 2004, p.47).

Percebe-se que a escola e a família não têm conseguido desempenhar seu papel no que diz respeito à aprendizagem da criança, pois tanto a família quanto a escola procuram negar-se de suas responsabilidades e atribuem a culpa sempre à outra dos problemas de aprendizagem e a indisciplina das crianças,.

Várias famílias não têm estado a cumprir o seu papel e, por conseguinte deixam-no à escola que, por sua vez, não consegue cumprir o dela e nem tão pouco o da família. Por conseguinte, as escolas, a sociedade e a própria família deparam-se com grandes problemas no seu funcionamento normal e tentam buscar a sua origem e, raras vezes, descobrem que a origem está no incumprimento do dever de cada uma delas. (NUNES, 2006, p.3).

Entretanto, é impossível negar a importância da família e da escola no processo de aprendizagem da criança. Com isto, podemos afirmar que a escola é dependente da família, pois de acordo com a estrutura e organização desta, o sucesso na escola ou sociedade será possível. Mas se a família for desestruturada, ocorrerá o insucesso.

A família é um espaço privado e fechado constituído por agregados que podem não estar preparados para moldar os aprendizes antes de entrarem na sociedade e na escola. Com efeito e, de modo geral, a sociedade e a escola estão dependentes do ambiente familiar, isto é, tendo uma família bem estruturada, organizada e disciplinada a probabilidade é de termos uma sociedade e uma escola de sucesso; como também, tendo uma família desestruturada, desorganizada, e indisciplinada a probabilidade é de termos uma sociedade e uma escola de insucesso. Certo é que esses três espaços constituem elementos importantes na mudança e na transformação dos alunos. (NUNES, 2006, p.3).

A interação entre a família e a escola é de grande importância na educação das crianças, pois com a atuação de ambas, a busca de soluções para os problemas de disciplina será possível. Porém a interação entre família e escola não deve ser reduzida apenas a reuniões formais e contatos rápidos, mas ocorrer regularmente em momentos de maior intercâmbio, nos quais a família possa efetivamente participar do cotidiano da escola. É importante salientar que o fracasso ou o sucesso escolar de cada um é influenciado por

diversos fatores, sendo o envolvimento da família com a escola apenas um deles, pois também contam a cultura familiar, as oportunidades vividas por estes alunos. As expectativas de pais e mães em relação ao futuro são fatores que podem cooperar ou não para que estas crianças e adolescentes estejam motivadas para um bom desempenho escolar.

Do ponto de vista da escola, envolvimento ou participação dos pais na educação dos filhos e filhas significa comparecimento às reuniões de pais e mestres, atenção à comunicação escola-casa e, sobretudo, acompanhamento dos deveres e das notas. Esse envolvimento pode ser espontâneo ou incentivado por políticas da escola ou do sistema de ensino. (CARVALHO, 2004, p.44).

É imprescindível que pais e mães estejam em sintonia com a vivência escolar e social de seus filhos e filhas, pois essa integração tende a enriquecer e facilitar o desempenho escolar da criança. Além disso, essa relação não deve se restringir apenas ao auxílio dos pais na tarefa de casa de seus filhos ou outras exigências escolares.

Por outro lado, para os pais/mães, interessar-se pela educação dos filhos e filhas não significa cuidar apenas da parte acadêmica, isto é, do sucesso escolar, pois a educação, do ponto de vista da família, comporta aspectos e dimensões que não estão incluídas no currículo escolar. (CARVALHO, 2004, p.45).

No entanto, a relação família/escola poderá ser variavelmente afetada pela satisfação ou insatisfação manifestada por professores e pais, devido ao sucesso ou fracasso dos alunos o que muitas das vezes pode afetar diretamente no trabalho do professor em sala de aula ou até mesmo em sua autoridade com os alunos.

Ocorre que família e pais não são categorias homogêneas e as relações entre famílias e escolas, pais/mães (e outros responsáveis) e professoras/ professores também comportam tensões e conflitos. Algumas famílias e pais/mães participam mais do que outras; e se as professoras, por um lado, desejam ajuda dos pais, por outro lado, se ressentem quando este envolvimento interfere no seu trabalho pedagógico, e em sua autoridade profissional. (CARVALHO, 2004, p. 45).

Em suma, pode-se perceber que no ambiente escolar existem dois tipos de famílias: aquelas que demonstram interesse pela vida escolar de seus filhos e filhas, integrando-se ao processo educacional e participando ativamente das atividades da escola sempre que possível, e aquelas que consideram que sua participação é dispensável ou inadequada e preferem simplesmente omitir-se do processo escolar.

Há um grupo de pais que, depois de matricular os filhos parece considerar sua missão terminada e daí em diante entrega à escola toda e qualquer problemática relacionada à educação (quer se trate de conteúdo, que se esteja falando de formação ética ou cidadania). De uma maneira geral, esses são pais ausentes, que não comparecem a reuniões quando convidados ou que, quando chamamos para entrevistas ou reflexões conjuntas, nunca podem ir. (ZAGURY, (2006, p. 7).

Outro aspecto a se destacar é que dentro da família existem problemas que podem afetar direta ou indiretamente no desempenho escolar da criança e/ou adolescente.

Problemas familiares encontram, muitas vezes, sua repercussão mais imediata e evidente no desempenho escolar do adolescente. Falta de diálogo no lar e bloqueios na expressão de afetividade podem estar na origem de um mau acompanhamento em sala de aula. Indisciplina na escola pode estar relacionada à ausência de disciplina e autoridade no lar, ou a uma disciplina por demais rígida e autoritária. Há situações bem mais dramáticas, como o uso de violência verbal e/ou física por parte dos pais, crises conjugais e divórcios que podem levar o adolescente a uma reação adaptativa aguda ou a um quadro depressivo, durante os quais há uma súbita queda do rendimento escolar. O aprendizado, nesses períodos pode se tornar nulo, "por que já tem muito que pensar no impensável, que sentir o irrevogável, que aturar o insuportável". (MILANI, 1995, p. 07).

Cada vez mais, as escolas estão abrindo espaços para a participação das famílias, a ponto de, hoje, família e escola serem co-autoras das decisões administrativas e pedagógicas, o que acaba favorecendo e facilitando a educação dos estudantes. Além disso, a escola necessita compreender que a família mudou e é com essa família que deve trabalhar.

A interação entre a equipe escolar, alunos, pais e outros agentes educativos possibilita a construção de projetos que visam a melhor e mais completa formação do aluno. A separação entre escola e comunidade, fica demarcada pelas atribuições e responsabilidades e não pela realização de um projeto comum. (PCN, 1998, p. 43).

A escola por sua vez, afirma que o êxito do processo educacional depende e muito da atuação e participação da família, que deve estar atenta a todos os aspectos do desenvolvimento do educando.

Nesse sentido, uma meta ainda a ser atingida seria ampliar o grau de envolvimento dos pais nas atividades para as quais são solicitadas seja nas discussões pertinentes às questões pedagógicas como às atividades extra-curriculares ou mesmo de gestão, incluindo a questão de indisciplina. Para isso, é fundamental manter a comunidade informada quanto às metas, realizações e atividades escolares. (GARCIA, 1999, p.106).

A instituição familiar já não é a mesma, pois sofre mudanças com a economia agrícola para a industrial. Com isso, a família que antes era numerosa onde compunha outros parentes ou agregados reduziu-se ao núcleo familiar (pai, mãe e filhos).

Na modernidade capitalista, nas sociedades urbano-industriais, a educação e a família diferenciaram e especializaram a transformação do modo de produção e controle econômico do domicílio para as fábricas e os mercados, e no modo de educação, com a organização do sistema educacional tal como o conhecemos, com o seu corpo de profissionais. A família é extensa, incluindo parentes e agregados, transformou-se em família nuclear, restrita a pai, mãe, filhos/as, perdendo parte de suas funções reprodutivas, econômicas e educacionais. (CARVALHO, 2004, p. 49).

Neste sentido, é perceptível que tanto a família quanto a escola querem muitas vezes eximir-se da responsabilidade do seu papel de educar as crianças, e querem atribuir a culpa pelo mau comportamento sempre ao outro. (Escola/família ou família/escola). Ou seja, ninguém quer assumir esta responsabilidade. "Entre a família e a escola, o 'jogo – do – empurra' com a criança se repete: a professora diz que a família não lhe deu boas maneiras

ou a família diz que a professora não lhe deu boa educação”. (ROSSINI, 2001, p. 21).

A falta de tempo e disponibilidade dos pais no acompanhamento dos filhos é crescente devido à necessidade que estes têm em trabalhar fora de casa o que significa delegar suas responsabilidades quanto a socialização das crianças a outras pessoas.

Com a incorporação da mulher no mercado de trabalho, tornou-se necessário delegar os cuidados com os filhos a outrem – creche, babá, vizinha, avó, etc... “com a dispersão matinal que se observa na maioria das famílias modernas, a casa familiar – o lar- deixou de constituir-se no centro obrigatório do encontro, da aquisição de normas éticas e, sobretudo do apoio mútuo”. As funções ligadas à socialização das crianças e adolescentes são cada vez menos desempenhadas pela família, que as direciona para o sistema educacional e os meios de comunicação em massa. (MILANI, 1995, p. 02).

Devido a complexidade da vida contemporânea, a atribuição de papéis que antes era só dos pais, hoje é atribuída aos professores e isto é freqüente nas escolas.

A complexidade da vida moderna acaba delegando aos professores papéis antes, só de responsabilidade dos pais. A família de hoje conta muito com a escola, ou seja, com seus professores na formação das crianças e dos jovens. Ela precisa estar informada sobre a linha de conduta que a escola tem pra com seus filhos e, o que é fundamenta, concorda com esta linha: é preciso falar a mesma língua. Nos dias de hoje, o professor deve ser um “líder”. Deve saber que liderança não se impõe, se conquista. Na sala de aula, ele representa a direção, a própria família. Ali ele é o “dono da lei”. (ROSSINI, 2001, p. 44).

É imprescindível que pais e mães estejam em sintonia com a vivência escolar e social de seus filhos e filhas, pois essa integração tende a enriquecer e facilitar o desempenho escolar da criança. Portanto é necessário que se habituem a participar da vida escolar dos filhos.

Finalmente, deve-se enfatizar a necessidade de ampliar a comunicação e o envolvimento dos pais nos processos decisórios da escola, como elemento essencial à mudança que se deseja obter. A participação destes revela-se um

elemento crítico para melhorar a ordem nas escolas com problemas disciplinares. (GARCIA, 1999, p.107).

Em função da responsabilidade delegada pela família aos educadores, percebemos que cada vez mais, é necessário a estes um conhecimento sobre o manejo, ou seja, a liderança em sala de aula para melhor se relacionar com o aluno. Além disso, o educador tem o papel de mediador entre nossa realidade social e a função de educar. Devido a esta realidade social que nos desafia a viver num mundo de novas tecnologias, não podemos esquecer que estamos lidando com seres humanos em formação, as crianças.

De acordo com ROSSINI, (2001), as crianças e os jovens gostam de professores que lhes dêem limites, pois conseqüentemente poderão ganhar o respeito dos alunos. Por outro lado os bonzinhos logo cairão no esquecimento dos alunos com muita facilidade.

2.3 Estabelecimento de limites na educação das crianças e adolescentes

Quando falamos em regras ou limite percebemos que em sala de aula, algumas crianças manifestam resistência à aceitá-las talvez porque em alguns casos não estão acostumados a conviver com as mesmas em seu dia-a-dia.

É preciso acostumar nossas crianças a cumprir regras simples, dentro de um modelo bem planejado, sem exageros, mas que permita à criança exercitar-se e adquirir condições de preparar-se para a realidade – os muitos “nãos” que com certeza a vida vai-lhe mostrar, as muitas regras que vai encontrar. (ROSSINI, 2001, p. 25).

Baseado nestes apontamentos vale ressaltar que muitas crianças manifestam dificuldade ou resistência a seguir regras, até porque os pais não cumprem este papel em estabelecê-las isso em alguns casos devido ao medo, insegurança ou em serem autoritários com os filhos.

Quando, porém por insegurança, culpa ou medo de serem antiquados ou autoritários, os pais deixam de exercer essa atividade importantíssima, o que ocorre? De uma maneira geral a tendência é que a criança comece a apresentar

dificuldades em aceitar qualquer tipo de limite a seus desejos. (ZAGURY, 2001, p. 36).

Vale ressaltar que quanto mais cedo forem estabelecidos limites às crianças, melhor será para sua adequação tanto na escola, quanto numa formação equilibrada para o convívio social.

Aprender como respeitar acordos e viver dentro da estrutura familiar prepara as crianças para se adaptarem às comunidades mais amplas da escola e, no futuro, do ambiente de trabalho. Em última análise, prepara-se para assumir na estrutura da sociedade. Por meio da sua experiência em casa, as crianças acabam compreendendo que as leis são basicamente acordos feitos pelas pessoas para ajudá-las a cumprir o que é necessário e proporcionar segurança e proteção a todos. Constatam que são os acordos que fazem o mundo andar – sejam eles realizados entre indivíduos ou entre noções. (DOROTHY, 2003, p. 108).

A falta de parâmetros, de referências morais e éticas na educação evidenciam, portanto, a ausência de diretrizes normativas e valorativas que permitam a constituição de uma educação moral sólida o que, em consequência, dificulta a ação dos educadores, pais e professores.

O jovem que não se desenvolveu moralmente manifesta na escola ou fora dela, comportamentos inadequados julgados muitas vezes, como sendo comportamentos indisciplinados. Isso indica, então, a correlação entre indisciplina e moralidade. “Portanto, quanto antes for iniciado o trabalho com limites, melhores chances de sucesso na formação de adulto equilibrado e feliz... É preciso que alguém, (pai, mãe, professor...) diga a eles ‘o que fazer’.” (ROSSINI, 2001, p. 20-21).

Entretanto, para os professores, a indisciplina, que é apontada como um dos principais obstáculos enfrentados no exercício da profissão, denota a falta de noções de regras e limites por parte da criança. Eles entendem que a família deveria ter proporcionado condições para a formação de uma estrutura psicológica moral, capaz de preparar esse jovem para conviver em ambientes regrados. Isso só reforça a relação que se estabelece entre o comportamento indisciplinado do aluno e sua formação moral; indicando, portanto, que a raiz

desse problema esta também, no tipo de educação moral que as crianças vêm recebendo.

Quando os pais trabalham adequadamente nesse sentido e, a cada oportunidade que surge, calmamente (às vezes nem tão calmamente como gostariam, porque é mesmo cansativo e repetitivo educar...), estabelecem limites – isto é, concordando e incentivando as atitudes positivas e criticando as negativas -, com o passar de alguns anos, a criança terá aprendido as regras básicas de convivência e iniciado de forma sólida o processo de socialização (prontidão para conviver). (ZAGURY, 2001, p.36).

Analisando a ausência de noções morais nos jovens, supõe-se que algumas iniciativas de pais e professores de romper com relações autoritárias, pautadas, única e exclusivamente, na imposição de regras e normas podem, ao invés de conduzir à autonomia, está retendo a criança na anomia, instaurando o que se poderia chamar de “pedagogia do vale tudo”. Aqui se vê o quanto a idéia de autonomia, difundida nas escolas, vem sendo incorporada e praticada equivocadamente.

Parece surgir uma grande confusão quando alguns fazem uma leitura dessa palavra apenas dentro de seu sentido etimológico, ou seja, que as regras estão dentro do próprio sujeito, e interpretam com isso que o sujeito autônomo é quem faz o que acha certo, de acordo com suas próprias idéias. Parecem esquecer-se do sufixo nomia indicando a presença de regras que para serem estabelecidas, necessitam de um acordo entre as partes envolvidas; necessitam, por tanto, que o sujeito leve o outro em consideração. (ARAÚJO, 1996, p. 104).

Nesse sentido, é a falsa concepção de autonomia e, conseqüentemente, de liberdade subjacente a certas práticas educativas que devem ser suplementada, uma vez que autonomia e liberdade não podem, em hipótese alguma, ser confundidas com licenciosidade, na qual prevalece a licença, para tudo. Para FREIRE (1996), tanto o autoritarismo quanto a licenciosidade não levam à liberdade, mas sim à bagunça.

Sendo assim, não é possível negligenciarmos a passagem por uma moral heterônoma, pois é a partir dela que as regras, embora de origem externa ao indivíduo, são colocadas. ARAÚJO (1998), ao comentar sobre as

contribuições de Piaget sobre o desenvolvimento da moral diz que as duas morais (da heteronomia e a da autonomia) são fontes essenciais da moralidade e é por isso que não se deve negligenciar nenhuma delas. Para o desenvolvimento do juízo moral infantil é necessário passar também por estados de heteronomia.

Ao explicitar o desenvolvimento do juízo moral infantil como um processo psicogenético, uma vecção em direção à autonomia racional como forma ideal de moralidade, ele também mostra que é impossível chegar até esse nível sem passar por estados de heteronomia. Ou seja, para construir a capacidade autônoma de juízo moral, o sujeito que nasce na anomia precisa construir antes, necessariamente, a heteronomia, quando então descobrirá a importância das outras e das regras social. (ARAÚJO, 1996, p. 106 – 107).

Contudo, é necessário frisar que os limites devem ser ensinados as crianças de forma que estas compreendam que limites não é castigo. No entanto, vale ressaltar que tanto as crianças quanto o adolescente, guardadas as devidas proporções com relação as diferenças de idade, devem receber regras claras e firmes, conscientes de que é para seu próprio bem. É preciso mostrar que para tudo existem regras e que elas são feitas e devem ser cumpridas para nossa própria proteção.

É fundamental acreditar que dar limites aos filhos é iniciar o processo de compreensão e apreensão do outro (atualmente muita gente acredita que limite provoca necessariamente um trauma psicológico e, em consequência, acaba abrindo mão desse elemento fundamental na educação). Ninguém pode respeitar seus semelhantes se não aprender quais são seus limites – e isso inclui compreender que nem sempre se pode fazer tudo que se deseja na vida. É necessário que a criança interiorize a idéia de que poderá fazer muitas, milhares, a maioria das coisas que se deseja – mas nem tudo e nem sempre. Essa diferença pode parecer sutil, mas é fundamental. (ZAGURY, 2001, p.17).

É certo que a escola é uma instituição que muito irá contribuir com os pais no estabelecimento de regras na sala de aula, porém, tal instituição nunca poderá substituí-los. Além disso, não é apenas o professor que deve estar interessado na boa disciplina, mas toda a escola como também a família, pois é na sala de aula que se ajuda a construir futuros cidadãos com

personalidade, onde vão aprender a limitar seus instintos que são impulsivos e necessitam de correção desde a primeira infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida possibilitou a compreensão de que a indisciplina pode ser decorrente da falta de limites no ambiente familiar e na escola; da desvalorização da escola por parte dos pais e da sociedade; da falta de definição quanto o papel da escola e família na educação das crianças e adolescentes da situação sócio-econômica dos alunos, além de outros fatores que tornam difícil a ação docente em sala de aula.

Esses pressupostos indicam que para compreender os fatos considerados como indisciplina, cada vez mais freqüentes na escola, será necessário estabelecer a parceria da família e da escola com o intuito de enfrentar a problemática da indisciplina. Além disso, a prática pedagógica adotada pelos professores também parece influenciar a ocorrência de comportamentos inadequados e indesejados por parte dos alunos. Quando os professores são permissivos e autoritários, os alunos podem ser agressivos e/ou violentos, enquanto que os professores que possuem autoridade, os alunos são interessados e, raras vezes, apresentam atitudes indisciplinadas.

Como visto anteriormente, a parceria entre a família e a escola é de grande relevância na educação das crianças e adolescentes, pois com essa interação, a busca de soluções para os problemas de disciplina será possível. No entanto a interação entre a instituição familiar e escolar, não deve restringir-se apenas a reuniões formais e contatos rápidos, mas, ocorrer com freqüência em momentos de maior intercâmbio nos quais a família venha participar efetivamente do cotidiano da escola. É importante ressaltar que o fracasso ou sucesso escolar de cada um é influenciado por diversos fatores, sendo o envolvimento da família com a escola apenas um deles.

Iniciamos este trabalho olhando a indisciplina como decorrente de fatores relacionados à influência da família. Após a leitura de diversas literaturas, ampliamos nosso olhar sobre a parceria da família com a escola e a

importância da educação formal e informal necessárias ao desenvolvimento intelectual da criança. Além disso, percebemos que a expectativa dos pais em relação à escola é uma e da escola em relação à família é outra.

Foi possível perceber também que a indisciplina é o conjunto de atitudes que levam à desordem, mas certas atitudes como: questionar no sentido de esclarecer dúvidas na aula ou exercer a criatividade, são necessárias para fortalecer a aprendizagem e a relação que ela poder gerar com o saber. Dessa forma, o ato pedagógico, enquanto construção de conhecimento, não precisa ser silencioso, reduzindo o professor à condição daquele que ensina e o aluno à passividade do aprender. Segundo (FREIRE, 2002, p.25), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Além disso, enfatiza ainda que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. (FREIRE, 2002, p.25).

Faz-se necessário frisar que as famílias devem estabelecer limites aos seus filhos por meio do diálogo, pois esta é a forma mais eficiente de conscientizá-los no sentido de constituir uma disciplina adequada e duradoura.

Finalmente, deve-se enfatizar a necessidade de ampliar a comunicação e o envolvimento dos pais nos processos decisórios da escola, como elemento essencial à mudança que se deseja obter. A participação destes revela-se num elemento crítico para melhorar a ordem nas escolas e problemas disciplinares.

BIBLIOGRAFIA

AQUINO, Julho Groppa. **A indisciplina e a escola atual**. In: Revista da Faculdade de Educação. São Paulo: V. 24, nº 2, 1998.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira. **Moralidade e Indisciplina: uma leitura possível a partir do referencial piagetiano**. In: AQUINO J.G. (org). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

BOCCHI, Ketney Bonfogo. **Comportamentos de indisciplina: uma análise de sua ocorrência em sala de aula**. Dissertação (Mestrado). PUC/SP, 2002.

BRASIL. Secretária de Educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quartos ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais-Brasília: MEC/SEF, 1998.**

CALDEIRA, Suzana Nunes Rego; Isabel Estrela. **Contributos da psicologia para o estudo da indisciplina na sala de aula**. Rev. Estudos de Psicologia. PUC-Campinas. v.18,n.1, p.76-96, janeiro/abril, 2001.

CANÁRIO, Rui. **O prazer de aprender**. Revista Pátio, agosto/outubro 2006, p.11.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Modos de Educação, Gênese e Relações Escola-Família**. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2004.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

ESTRELA, M. T. Apud. CALDEIRA, Suzana Nunes & REGO, Isabel Estrela. **Contributos da Psicologia para o Estudo da Indisciplina na Sala de Aula**. PUC Campinas, SP: Revista Estudos da Psicologia, Vol. 18, nº 1, 2001

FRANÇA, Sônia A. Moreira. **A Indisciplina como Matéria do Trabalho Ético e Político**. In: AQUINO, Júlio Groppa (org.). **Indisciplina na Escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: o Minidicionário da Língua Portuguesa**. 4ª ed. rev.ampliada. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Joe. **Indisciplina na escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva**. Curitiba, PR: R. Paran. Desenv., 1999.

GENTILLE, Paola. **A indisciplina como aliada**. In: **Revista Nova Escola**, janeiro/fevereiro, 2002, p.1.

GAGNÉ, Robert M. Família. **Escola e aprendizagem**. In JOSÉ, Elisabete da Assunção e COELHO, Maria Tereza. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.

GUIMARÃES, Áurea M. **Indisciplina e violência: a ambigüidade dos conflitos na escola**. In: AQUINO, Júlio Groppa (org). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

JOSÉ, Elisabete da Assunção. & COELHO, Maria Tereza. **Problema de Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB: Lei nº 9.394/1996. Brasília, DF: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

LINDBERG, Carter. **Reformas na Europa**. Trad. Luís Marcos Sander. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2001.

MARIN, Alda Junqueira. **Com o olhar nos Professores: desafios para o enfrentamento das realidades escolares**. Cadernos CEDES, Campinas, SP: Abril, 1998.

MILANI, Feiz Masrour. **O adolescente, a escola e a família: um sistema integrado**. Revista de Educação. CEAP, 1995, p.2.

MORAIS, Regis de (org). **Sala de aula: Que espaço é esse?** 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1988.

NUNES, Alberto. **Indisciplina na sala de aula: uma reflexão a partir da realidade**. **Revista A Semana**. São Paulo: Editora Article, 2006.

REGO, Teresa Cristina R. **A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva Vigotskiano**. In. AQUINO Júlio Grappa (org). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996.

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. **Pedagogia Afetiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

ZAGURI, Tânia. **Escola sem conflito: parceria com os pais**. In: FERREIRA, Josiane Pares (et al). **Revista Estação: Indisciplina, limites e relações de poder entre professores e alunos de educação infantil**, dezembro, 2006, p.6-7.

ZAGURI, Tânia. **Limites sem Trauma**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.